

Artigos

Robert Owen em New Lanark: Um laboratório do futuro?

Patrizia Piozzi *

Resumo: Este artigo examina a proposta pedagógica implementada por Robert Owen em New Lanark, a partir das concepções antropológicas e da filosofia da história a ela subjacentes, tendo como fonte os textos onde o famoso “socialista utópico” trata dos meios e formas de transição para uma sociedade racional e cooperativa. Tal análise tem por objetivo mostrar que o entrelaçamento entre uma visão antropológica otimista e um diagnóstico sombrio do processo civilizatório constitui a base para a ênfase na necessidade de uma “revolução das mentes”, a ser operada por um programa educativo integral iniciado nos primeiríssimos anos de vida. Nesta perspectiva, a autora identifica na educação o principal instrumento - alternativo à luta social - para a construção da utopia oweniana.

Palavras-chave: Ordem, natureza, história, educação, ciência, cooperação

Abstract: This article looks into a pedagogic proposal implemented by Robert Owen in New Lanark, from the underlying anthropologic conceptions to philosophy of history taking as a source texts in which the famous “utopic socialist” treats the means and patterns of transition to a rational and cooperative society. The goal of this analysis is to show that the intertwining of an optimistic anthropologic view with a gloomy diagnosis of the civilization process makes up the basis to the emphasis in the necessity of a “minds revolution”, to be performed by an integrated educational program started in the very early years of life. Through this perspective, the author identifies in education the main instrument- alternative to the social struggle - to the construction of the Owenian utopia.

Decriptors: Order, nature, history, education, science, cooperation

Os inúmeros ensaios, panfletos, relatórios em que Robert Owen traça a imagem da sociedade futura, vinculando-a à experiência de trabalho e educação em New Lanark, desvendam ao leitor o quanto o famoso “socialista utópico” estivesse imerso no *geist* predominante entre a intelectualidade radical de seu tempo, assombrada pelos revezes da Revolução Francesa e pelos efeitos devastadores da nascente economia industrial. Em seus es-

* Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (Decisae), Faculdade de Educação, Unicamp.

critos, ao lado da confiança na capacidade da razão humana de construir uma convivência cooperativa e isenta de conflitos, delineia-se um retrato sombrio do mundo moderno, onde o egoísmo e a avidez dos que “apenas querem comprar barato para vender caro” tem seu correlato na ignorância, passividade e degradação moral de suas vítimas.

Tal diagnóstico era comum a uma geração de pensadores políticos e de literatos, florescente entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, arrebatada pela visão de um modelo societário racional e livre: críticos virulentos da sociedade competitiva, escritores engajados como Godwin, Shelley, Fourier, Saint-Simon não chegaram a vincular suas propostas aos movimentos efetivos das massas populares, pelas dúvidas e perplexidades surgidas diante dos inesperados e dramáticos desdobramentos de 1789. Ao mesmo tempo em que reconheciam na Grande Revolução o ponto culminante na linha ascendente da história rumo ao estabelecimento definitivo de relações igualitárias e livres, temiam os engodos das democracias populares, onde, a seu ver, a soberania do populacho insensato e ressentido acaba se tornando mero instrumento para o assalto ao poder das facções dominadas pelos demagogos. Céticos e temerosos diante da “explosão” política “irracional” dos incultos, empenhavam-se em formular alternativas de transformação em que a emergência da “nova ordem” resultasse do entrelaçamento entre as tendências “naturais” do ser humano à cooperação espontânea e o esclarecimento das mentes pelas verdades da ciência moral. Por isso, a renovação interior dos homens se configura como um alicerce na arquitetura das utopias “comunitárias” ou “socialistas”, como, por exemplo, a “anarquia” godwiniana, os falanstérios de Fourier, ou a “democracia dos produtores” de Saint-Simon.

Owen tem um lugar especial entre estes projetos de um “admirável mundo novo”, por ter concretizado, pela primeira vez, uma experiência societária exemplar baseada em mudanças profundas, seja no campo das relações de trabalho, seja no que diz respeito à educação para a vida em comum.

Em 1797, quando adquiriu a fábrica têxtil no remoto vilarejo escocês de New Lanark, o então jovem empreendedor pretendia realizar uma façanha aparentemente digna de figurar num conto fantástico: transformar radicalmente a existência física e espiritual da população miserável aí empregada, criando *ex nihilo* um paraíso social, onde segurança no emprego, aumento substancial das horas de lazer e do salário, eliminação do trabalho infantil e instrução gratuita e integral aos filhos dos operários convivessem com a alta rentabilidade da empresa. Pretendia, desta forma, criar uma espécie de balão de ensaio do futuro, uma prova *visível* – e indelével – da possibilidade de se cobrir a superfície do globo por unidades produtivas modelo, habitadas por uma “população racional, inteligente, rica e superior” (Owen, 1971, p.129), extinguindo progressivamente as formas “inferiores” de existência então predominantes.

A idéia de que um “novo mundo moral” surgiria de um reordenamento da vida industrial em pequenos conglomerados cooperativos, situados no campo e previamente planificados para uma produção eficiente e para o bem-estar de seus membros, tinha se formado ao longo de sua estadia em Manchester, onde a irracionalidade do processo modernizador patenteava-se no crescimento rápido e desordenado das fábricas e habitações, árido cenário para os melancólicos protagonistas da vida urbana, seres ociosos, estranhos e hostis a seus semelhantes¹.

1 Para um estudo das relações entre a estadia de Owen em Manchester e o projeto de New Lanark, conferir Harrison (1965) e Donachie e Hewitt (1993).

Certo de que a intervenção planejada de reformadores cultos e caridosos produziria as condições “internas” e “externas” necessárias para transformar a tendência natural dos homens à racionalidade e à virtude em forma efetivas de pensar, sentir e atuar, aliou, ao empenho no aprimoramento das condições de vida dos trabalhadores, o esforço em *reeducar* seus espíritos, “depravados” pela miséria e pela ignorância, por uma reorganização total, não só da paisagem natural e arquitetônica, mas dos tempos e formas de trabalho, lazer, aprendizagem. Em suas próprias palavras, não pretendia apenas “administrar a fábrica”, mas “governá-la”, introduzindo novos princípios de conduta no povo:

Eu tinha que mudar estas más condições para boas e, na devida ordem da natureza, de acordo com suas leis imutáveis, fazer suceder aos inferiores e maus caracteres criados por inferiores e más condições, os superiores e bons caracteres, a serem criados por superiores e boas condições. (Owen, 1971, p. 58)

Inspirado por esse ambicioso plano, desdobrava sua atuação em duas frentes: garantia emprego permanente, mesmo em períodos de crise econômica, criava cooperativas de consumo para baratear os preços dos alimentos, implementava locais de alimentação coletiva, poupando tempo e dinheiro, e, concomitantemente, promulgava uma nova legislação na fábrica e na aldeia, aliando-a a um trabalho pedagógico e cultural. As novas normas comunitárias, dirigidas a extinguir o roubo, a embriaguez e a indolência, eram garantidas, de um lado pelo “esclarecimento das mentes”, nas conferências noturnas ministradas regularmente três vezes por semana, de outro, pela associação de métodos privados de jurisdição e policiamento a formas inéditas de controle psicológico: à criação de um corpo de 12 jurados, presidido pelo próprio Owen e encarregado de regulamentar e dirigir a fiscalização das casas, a cobrança de multas por embriaguez, a proibição de *public houses*, acrescentava-se, na fábrica, a “medição” do bom comportamento.

Consistindo em um pequeno pedaço de madeira de quatro cores numa gradação simbólica que ia do preto ao branco, pendurado ao pescoço de cada trabalhador, o “medidor” permitia a permanente exposição pública das facetas coloridas, constituindo uma espécie de curva comportamental *visível* a todos e fixada na memória da fábrica pelo registro diário em um livro. Em 1812, ao avaliar sua experiência, o futuro “socialista utópico” constatava a tendência geral ao “embraquecimento” das cores, afirmando que, sem ameaças de suspensão ou demissão, os trabalhadores iam se transformando em seres mais produtivos, diligentes e moralmente aptos, movidos exclusivamente pelo sentimento de pudor e pelo espírito de emulação.

Eram, de modo geral, preguiçosos e inclinados ao roubo, à embriaguez e à falsidade, com todos os vícios concomitantes, experimentando em sua pele a miserável condição que estes produzem, e agora tem-se tornado reconhecidamente honestos, laboriosos, sóbrios e ordeiros, ao ponto que é muito raro encontrar um único homem indolente, alcoolizado ou ladrão, do início até o fim do ano. (Owen, 1973, p. 5)

Estimulado pelos resultados obtidos com pessoas adultas, Owen fundou, em 1816, o *New Institute for the formation of character*, escola integral para os filhos dos trabalhadores, cuja pedagogia encontra-se exposta no escrito de seu filho Robert Dale Owen, *An outline of the system of education at New Lanark*.

O caráter inovador deste experimento pode ser identificado em pelo menos três aspectos. Em primeiro lugar, constitui um marco na luta por aquilo que é hoje denominado “direito universal à infância”, já que o trabalho infantil, drasticamente proibido até os 10 anos, tinha seu início postergado aos 12 para todos os que obtivessem dos pais o consentimento para continuar na escola por mais dois períodos letivos. Ao mesmo tempo, Owen usava toda sua influência para que o parlamento britânico aprovasse uma legislação mais avançada em relação à então vigente, propondo os 12 anos como a idade mínima para trabalhar, após um período obrigatório de educação básica, ao longo do qual os filhos dos trabalhadores pudessem aprender a ler, escrever e fazer contas, pré-requisitos imprescindíveis, a seu ver, para uma vida digna e civilizada em um lar operário².

Em segundo lugar, sua escola, onde as crianças ingressavam aos 18 meses, não só inaugurou a experiência e o movimento em prol das creches e pré-escolas, mas sobretudo, tornou-se referência obrigatória para os que pensam a *Infant School* como um lugar de livre expressão do lúdico e do imaginativo, no qual os pedagogos buscam observar e respeitar as formas próprias de relação das crianças com o mundo, reconhecendo nelas seres autônomos e diferentes dos adultos. No Instituto, as aulas de dança, ministradas a partir dos 2 anos, e de canto e rudimentos de história natural, a partir dos 4, ocupavam apenas metade do tempo dos pequenos, sendo o restante dedicado à brincadeira, livre e em conjunto, num grande espaço completamente esvaziado de qualquer objeto, sob o olhar de uma “única jovem mulher”. Além desta importante inovação, o objetivo de estimular o crescimento orgânico e individualizado de cada aluno revelava-se em todas as fases da escola: no privilégio dos debates abertos e das atividades artísticas em relação às tarefas escolares tradicionais, nos métodos de ensino baseados na observação de objetos “concretos” e “visualizáveis”, no lugar das usuais formas de memorização e de raciocínio abstrato e, sobretudo, no banimento de castigos e prêmios, em favor de uma troca afetiva entre alunos e professores.

Owen inspirava-se, para essa pedagogia inovadora, tanto nas teorias rousseauianas e nas experiências de Pestalozzi, quanto em sua própria vivência e reflexão sobre a educação predominante na sociedade sua contemporânea. Reconhecia, nas formas seletivas e uniformizantes de avaliação, o primeiro e mais deletério estímulo à competição, responsável por destruir ao mesmo tempo o espírito cooperativo e a personalidade, constituindo, por isso, a fonte primeira dos “vícios” morais que geram a desigualdade e a guerra permanente entre os homens.

Eu tenho dito que tais competições são injustas porque, como duas personalidades não são a mesma coisa, não pode haver comparação justa entre os esforços de competição entre dois indivíduos quaisquer; ao contrário, a competição apenas ensina, ao que teve sucesso, vaidade e, ao que não teve, ciúme e ódio. (Owen, 1971, p. 5)

Enfim, trata-se, também, de uma das primeiras instituições educacionais onde o ensino da religião é abolido, por alimentar formas irracionais e agressivas de relação humana, como o dogmatismo e o fanatismo. Privilegiando, em contrapartida, o da história dos povos e das civilizações, como meio para aprender a tolerância no contato com a variedade

2 Conferir, a esse respeito, Owen (1971, p. 119-20).

de crenças e instituições, o novo currículo escolar inseria-se na corrente mais progressista das Luzes, em luta por um ensino laico e universal e pelo respeito à pluralidade dos credos e culturas.

Não se trata, aqui, de questionar a importância e a beleza deste experimento, capaz, até hoje, de assombrar os apologistas do “livre mercado”, tão em voga em nossa era “neoliberal”. No tempo recorde de duas décadas (1800-1824), o conto fantástico tornava-se realidade: as horas de trabalho diminuíram drasticamente sem criar desemprego; as condições de higiene, habitação e consumo dos trabalhadores melhoraram muito, ao mesmo tempo que o lazer e a educação básica em tempo pleno eram garantidos a seus filhos, até os 10 anos de idade. Tudo isso sem prejuízo dos lucros. Governantes, intelectuais e homens de negócios iam aos milhares visitar esta ilha de prosperidade e bem-estar, para verificar com seus próprios olhos o feito maravilhoso e estranho da utopia que encontra um lugar no mundo dos vivos.

O encanto deste *feito* tende a aprisionar o leitor dos escritos de Owen, dos quais a figura de New Lanark se destaca como solitária *candle in the darkness*, em contraste com o desolado panorama da vida fabril na Inglaterra da época. Ao mesmo tempo, sua prosa, construída entre o relato das mudanças ocorridas no estabelecimento escocês e a obsessiva propaganda de seu ideal societário revela também a emergência de formas modernas de autoritarismo e produtivismo, sobretudo se se examinar o papel atribuído à educação infantil na transformação global da sociedade e, particularmente, no sucesso de seu experimento.

A maioria dos utopistas seus contemporâneos, embora convergissem nas críticas ao liberalismo e nas aspirações reformadoras, não deixaram, por isso, de ver uma continuidade entre o passado e o futuro, interpretando a história como um acúmulo de experiências cognitivas. Vislumbravam, assim, na “nova ordem”, o ponto culminante de um longo e indefinido progresso de criação e democratização da cultura e das instituições políticas, tornado visível nos recentes e “extraordinários” eventos americanos e franceses. William Godwin, por exemplo, considerado por alguns comentadores o mais importante inspirador das idéias e práticas educativas de Owen, embora rejeitasse com veemência a democracia das assembléias e das praças públicas, reconhecia, na livre circulação das idéias, no crescimento espontâneo de círculos culturais, na produção literária, na criação de escolas inovadoras, os meios múltiplos e fluidos de esclarecimento da opinião pública e de enraizamento das “verdades” da razão no meio social³. Ao contrário, na ótica do inventor de New Lanark, a transição para o futuro se faz por uma ruptura drástica, que implica numa mudança de *topos*. Com efeito, embora algumas passagens esporádicas afirmem a superioridade do mundo civilizado sobre o primitivo e a importância da experiência histórica na apreensão da verdade, na maioria dos escritos prevalece uma visão apocalíptica dos tempos modernos, definidos como o receptáculo do erro e do crime. Nada, a não ser a ciência e seus profetas, salva-se nesta terra devastada pela ignorância e pela luta dos interesses privados. Por isso, a “revolução das mentes” consiste em construir relações e idéias sociais absolutamente novas, em oposição frontal ao que existe. Está dada, aí, a necessidade de uma reviravolta na concepção e na prática dos homens,

3 Conferir, a esse respeito, Godwin, 1936.

uma transformação da falsidade, engano e desunião universais para a verdade, honestidade e união universais — pela qual a raça humana se tornará no futuro uma família cordialmente unida, com uma única linguagem, um único interesse e com o desejo geral de promover essencialmente a felicidade de todos. (Owen, 1853, p. 195)

Neste contexto, o projeto de Owen assume um caráter estritamente “científico”, no sentido corrente no âmbito das ciências naturais, já que o novo não se configura como a obra de movimentos políticos e intelectuais, em confronto e debate, mas resulta da implementação de “laboratórios” experimentais. Nestes, os arquitetos da nova ordem educam e moldam os homens num ambiente criado “artificialmente”, sem interferir nas instituições do velho mundo, mantidas intactas e imperturbadas, até que a revolução geral das mentes se realize:

Para conseguir tal resultado, facilmente realizável se se seguir o caminho certo, deverá se dar início a uma nova combinação de condições, incompatível com qualquer arranjo social já existente na cidade ou no campo, em lugares novos, deixando imperturbadas todas as antigas e atuais instituições para conduzir os negócios da vida. (Owen, 1853, p. 209)

A ocupação progressiva dos espaços vazios deixados pelo *status quo* exige a ação dos *cientistas*, desdobrada em duas frentes: por um lado a criação dos “laboratórios do futuro”; por outro, a propaganda de seus resultados na tentativa de persuadir os homens de poder e de posse a implementá-los em novos lugares, generalizando as novas formas de vida e produção. O vínculo permanente entre velho e novo, entre utopia e realidade, selado nesta instância de luta “externa” ao experimento, envolve, no entanto, uma minoria de seres esclarecidos, imunes às determinações do interesse, enquanto a sociedade como um todo é habitada por uma rapace aristocracia do dinheiro e pela maioria pobre, imersa na superstição religiosa.

É no interior desta oposição — e separação — radical entre o homem da história, irremediavelmente depravado pela ignorância e pelo egoísmo, e o homem da natureza, recriado em condições artificiais pelos profetas “galileicos” conhecedores de suas tendências imutáveis e eternas, que é possível compreender porque o *New Institute for the Formation of Character*, fundado em New Lanark em 1816, acolhe as crianças desde a primeiríssima infância. O julgamento negativo do homem “produzido” pelo tempo não abala a certeza de que este é naturalmente inclinado ao trabalho cooperativo e ao bem comum, desde que se desenvolva em condições ambientais específicas, inexistentes no mundo contemporâneo. Por esta razão deve ter sua alma plasmada por um criador que extrai sua onipotência do conhecimento *exato* das leis que o governam. Ciente de que o caráter dos indivíduos é formado *para* e não *poreles*, o educador deve zelar para que as crianças cresçam inteiramente no interior da experiência científica, evitando ao máximo a contaminação vinda da sociedade corrupta e ignorante. Por isso, torna-se necessário iniciar o processo educativo na mais tenra idade e controlar todas as suas variáveis: não por acaso, Robert Dale Owen, ao avaliar os resultados do experimento escolar de New Lanark, atribui suas falhas ao fato de ser impossível separar as crianças dos pais, ponto de “mistura entre o velho e o novo”⁴.

4 Cf. Owen, (1972, p. 27).

O viés interpretativo que realça sobremaneira os aspectos libertários e inovadores indubitavelmente inscritos neste processo educativo subestima, a meu ver, não só a concepção rigidamente determinista que o suporta, mas também seus fins moralizantes, voltados explicitamente a enquadrar o educando em um certo modelo de trabalho e relação social. Em inúmeras ocasiões, o diretor de New Lanark reitera que a finalidade de seu instituto consiste em criar indivíduos “felizes”, isto é, aptos a se tornarem membros de uma sociedade cooperativa, ordeira, isenta de conflitos e batalhas de opiniões. Principais armas dos pedagogos na construção da felicidade de cada um e de todos, o “amor”, a “caridade” e o “prazer” tecem imperceptivelmente a rede de “condições” que garantem a docilidade e submissão espontânea aos princípios morais e ao trabalho. Segundo as próprias palavras de Owen, a dança, o canto e os exercícios militares, atividades fundamentais no processo educativo, “...dão saúde, graça espontânea ao corpo, ensinam obediência e ordem de maneira imperceptível e prazerosa, e criam paz e felicidade para a mente, preparando-a, assim, para fazer progressos em todas as aquisições intelectuais” (Owen, 1971, p. 142).

O *amusement* configura-se aí como um instrumento sábio e poderoso de captura da vontade, dirigindo o desenvolvimento das faculdades intelectuais para o cumprimento zeloso e eficiente dos “deveres” sociais inerentes à vida adulta: “...este deslocamento [a dança] de seus afazeres habituais será extremamente benéfico a seus espíritos e irá constituir-se em uma forte fonte de apego ao trabalho” (Owen, 1973, p. 15).

Não por acaso, nas notas redigidas por ocasião de uma excursão a New Lanark em 1820, publicadas no jornal *The New Moral World*, o visitante James Smith mostra-se entusiasmado com a “disciplina voluntária”, a “organização e harmonia” presentes no trabalho, e no “lazer”. Comentando a ausência total de toda forma de divertimento “desconexo”, “não metódico”, realça, nas seções de canto, dança e ginástica, a extraordinária regularidade e uniformidade dos tempos e ritmos imprimidos pelo conjunto: “...a dança e um certo tipo de exercícios militares fazem parte de um sistema de disciplina” (1836, p. 221).

Os seres racionais, virtuosos e solidários que deverão emergir deste ambiente afetivo e confortável de vida e de trabalho e do processo educativo para a “autonomia” e a “felicidade” têm o perfil de trabalhadores produtivos, ordeiros, cientes de seu papel específico na divisão social e sexual do trabalho, jamais questionada. Com efeito, a educação “básica”, ao ensinar aos meninos e meninas a ler, escrever e fazer contas, além de alguns rudimentos de cultura geral, não pretende mudar o destino já traçado pela posição social e pelo sexo, circunscrito ao percurso que vai da casa operária à fábrica e vice-versa⁵. Nas palavras de Robert Dale Owen, ela tenciona, apenas, converter os trabalhadores de “servos obedientes” em “assistentes ilustrados” (1972, p. 74).

Para que tal perfil seja traçado com segurança e firmeza, torna-se fundamental a visibilidade e transparência de cada membro. Assim, a hipertrofia dos espaços comuns — cozinha, sala de jantar, salões de jogo, etc... — e a maximização do tempo de lazer e aprendizagem coletivos — dança, exercícios militares e, sobretudo, escola em tempo integral desde os dois anos de idade — parecem querer apagar a “loucura”, “opacidade”, “hipocrisia”

5 Em sua proposta de lei para uma educação universal à *House of Commons*, Owen frisava que o curriculum da escola básica deveria contemplar, para as crianças de sexo feminino, o ensino das habilidades culinárias, da costura e de “todas as usuais obrigações domésticas necessárias ao funcionamento da casa de um homem pobre” (Owen, 1971, p. 120).

gerados pela sociedade competitiva e individualista, marcada pela separação entre o público e o privado. O conflito, desordem, “duplicidade” das relações privadas, tendem a ser substituídos pela inserção regular e transparente de cada um no todo, gerando o movimento repetitivo e previsível do conjunto. Este reordenamento do espaço e do tempo na vida produtiva e social, junto com a reformulação das condições ambientais e a pedagogia inovadora, constitui a base da ordem “anárquica” owenista, onde governos e leis tornar-se-iam dispensáveis. Nas palavras do reformador: “Numa sociedade racionalmente constituída, baseada e construída consistentemente nas Ciências Sociais, as leis humanas não só não seriam necessárias, mas até altamente injuriosas” (Owen, 1857, p. 20).

O homem novo produzido no laboratório de Owen assemelha-se à desengonçada e caricatural criatura do doutor Frankenstein: sua face lúdica, inclinada à expressão plena dos sentimentos e da imaginação e ao prazer de viver em harmonia e liberdade com o semelhante, faz-nos vislumbrar o caráter exuberante e variegado da vida orgânica, permanentemente sufocado, porém, pela sombra da fábrica que imprime no corpo e no espírito seu movimento regular, rítmico, despersonalizado. Moderna, higienizada, “humanizada” pela eliminação dos excessos que caracterizaram seu surgimento, a “nova” fábrica tende a estender seu domínio sobre tudo, à medida que sua forma de organização ocupa progressivamente tempos e espaços situados além de seus muros.

Este processo de integração “voluntária” do movimento espontâneo e imprevisível da vida às exigências do mecanismo expressa-se lapidarmente nas considerações de Owen em torno da arquitetura física e humana erguida em New Lanark: lá as casas “eram partes integrantes da fábrica”, e os habitantes “todos unidos e trabalhando juntos como uma máquina”, procediam dia após dia com a regularidade de um relógio (Owen, 1971, p. 130).

Nas palavras dos visitantes “socialistas”, que avaliam a experiência em 1839, quinze anos após a partida de seu idealizador, a disciplina e a ordem continuam reinando na *happy valley*, onde “... embriaguez, roubos e prostituição são desconhecidos, e não tem lugar para a agitação política e social (The New Moral World, 1839, p.388). Permanece intacta, aí, a promessa contida na construção daquele “paraíso social”, reiterada incansavelmente na literatura owenista: a universalização das “boas condições” implantadas no vilarejo escocês geraria, num movimento molecular, lento e sem atritos, o desaparecimento de policiais, juizes e governantes, transformando o mundo numa enorme comunidade produtiva, onde os donos de indústria conviveriam harmoniosamente com seus “assistentes esclarecidos”.

No esforço de apagar os males e os vícios da sociedade competitiva e individualista, sem porém colocar em xeque as formas de trabalho e de pensamento que a sustentam, a experiência realizada em New Lanark tende a depurar o nascente sistema fabril moderno de seus aspectos mais sinistros e revoltantes, criando as condições materiais e, sobretudo, culturais, ideais para a sua perpetuação.

Referências bibliográficas

- Donnachie, I., Hewitt, G. (1993). *Historical New Lanark: The Dale and Owen Industrial Community since 1785*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Godwin, W. (1936). *Enquiry concerning political justice and its influence on moral happiness*. Toronto: University of Toronto.

- Harrison, J. F. C. (1965). *Robert Owen and the owenites in Britain and America*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Owen, R. D. (1972). An Out-line of the system of education at New Lanark. *In: Robert Owen at New Lanark*. New York: Arno Press.
- Owen, R. (1971). *The life of Robert Owen written by himself*. London: Charles Knight e Co. Ltda.
- _____. (1973). *A statement regarding the New Lanark establishment*. Glaslow: Molendinar Press.

Jornais owenistas:

- Robert's Owen Milleniamm Gazette. (1857). London, n. 79.
- The New Moral Word. New series. (1839). Birmingham, v. 5.
- The New Moral World or Millennium. (1836). London, v. 2.
- Rational Quartely Review and Journal. (1853). London, n. 4.